Editora Solução
a solução para o seu concurso!

APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Profissional da Educação I (PE-I) - História

SL-006OT-26
7901183010509

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de diferentes gêneros e tipologias textuais; Tipologias textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal 7
2. Interpretação textual de diferentes gêneros e tipologias textuais 12
3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto 15
4. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade) 23
5. Progressão temática em textos 25
6. Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos 26
7. Tipos de argumento 26
8. Figuras de linguagem 28
9. Fenômenos linguísticos 31
10. Gramática normativa 32
11. Classificação gramatical 32
12. Morfologia 42
13. Análise morfossintática 46
14. Concordância verbal e nominal 50
15. Regência verbal e nominal 54
16. Colocação pronominal 55
17. Pontuação 57
18. Ortografia oficial 59

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Estruturas lógicas: proposições, conectivos e proposições simples e compostas; tabelas-verdade; tautologia, contradição e contingência; equivalências lógicas; negações de proposições e leis de de morgan 69
2. Lógica de argumentação: argumentos, validade e noções de falácias 70
3. Conjuntos numéricos e subconjuntos; operações com conjuntos: união, interseção e diferença 77
4. Sequências lógicas, padrões e regularidades 96
5. Problemas de raciocínio lógico envolvendo análise de situações e interpretação de informações 100
6. Razão, proporção e grandezas proporcionais; regra de três simples e composta 104
7. Porcentagem e variação percentual 106
8. Juros simples e juros compostos 107
9. Noções de estatística: leitura e interpretação de tabelas e gráficos; medidas de tendência central: média aritmética, média ponderada, moda e mediana 109

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia-GO

1. Conflitos sociais, desigualdades socioeconômicas, segurança alimentar e sistemas nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos 117
2. Emergências em saúde pública: fundamentos de epidemiologia, gestão de crises sanitárias, políticas públicas de saúde e organização do Sistema Único de Saúde (SUS) 120
3. Meio ambiente e sustentabilidade: mudanças climáticas, desastres socioambientais, instrumentos de gestão e políticas ambientais no Brasil 123
4. Arte, cultura e patrimônio no Centro-Oeste brasileiro: processos históricos de formação cultural, identidade regional e políticas de preservação 125
5. Formação histórico-territorial de Goiás e de Aparecida de Goiânia/GO: ocupação, territorialização, dinâmicas econômicas e transformações socioespaciais 128
6. Política, economia e sociedade em Goiás: processos históricos da Colônia à República, modernização econômica e reconfigurações sociais 130
7. Estrutura político-administrativa do Estado de Goiás: organização dos Poderes, competências constitucionais, federalismo e gestão pública estadual 132
8. Modernização da agricultura, agronegócio e urbanização em Goiás: impactos socioeconômicos e reestruturação do espaço regional 137
9. Aspectos físicos do território goiano: análise integrada de clima, relevo, hidrografia e vegetação na organização do espaço geográfico 139
10. Natureza, cultura e turismo em Goiás: potencialidades econômicas, planejamento territorial e desenvolvimento regional 141
11. Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia/GO: formação urbana, dinâmicas econômicas e inserção regional 143

Conhecimentos na Área de Atuação Profissional da Educação I (PE-I) - História

1. Constituição Federal de 1988: princípios, fins e garantias do direito à educação 151
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) e suas implicações para o ensino de História . 154
3. Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 15.388/2026): diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação nacional e sua articulação com as políticas educacionais e o planejamento educacional 174
4. Base Nacional Comum Curricular – BNCC: competências, habilidades e objetos de conhecimento da área de História no Ensino Fundamental 179
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (CNE/CP nº 04/2024) .. 180
6. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 180
7. História e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica (Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008) 183
8. Fundamentos teórico-metodológicos da História: conceitos, paradigmas historiográficos e uso de fontes históricas; educação histórica e formação do pensamento histórico na educação básica; temporalidades históricas, permanências e rupturas na análise do passado 184
9. Didática da História: metodologias de ensino, problematização e construção do conhecimento histórico; uso de diferentes linguagens no ensino de História: documentos, imagens, filmes, fontes orais e recursos digitais 188
10. Planejamento didático em História: elaboração de planos de ensino e sequências didáticas 191
11. Avaliação da aprendizagem em história: avaliação diagnóstica, formativa, somativa e uso de metodologias ativas 197

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

12. Povos e comunidades tradicionais brasileiras e valorização da diversidade cultural 200
13. Patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro e sua preservação 204
14. História regional e local como eixo articulador do ensino de História 208
15. Pré-história e Antiguidade: origem humana, civilizações antigas e suas contribuições 210
16. Antiguidade Clássica: sociedade, política e cultura na Grécia e em Roma 213
17. Idade Média: organização social, política, econômica e cultural nos mundos cristão e islâmico 214
18. Idade Moderna: expansão marítima, formação dos Estados nacionais e transformações culturais e econômicas 218
19. Período Contemporâneo: revoluções liberais, industrialização, imperialismo e guerras mundiais 222
20. África e Ásia: sociedades pré-coloniais, colonialismo, resistências e processos de independência 226
21. América: povos originários, colonização, independências e formação dos Estados nacionais 229
22. História do Brasil: colônia, império e república, com ênfase nas transformações políticas, sociais e culturais; ditadura militar, redemocratização e Brasil contemporâneo 233
23. Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação) 237

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS; TIPOLOGIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA, DIALOGAL

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

Tipos Textuais

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

▸ Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Ex.: *contos, romances, crônicas, anedotas.*

▸ Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Ex.: *retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.*

▸ Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Ex.: *redações argumentativas, ensaios, editoriais.*

▸ Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

Ex.: *textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.*

▸ Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

Ex: *manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.*

▸ Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

- **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;
- **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;

▪ **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;

▪ **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

▪ **Combinação dos Tipos Textuais**

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

Texto dialogal

O texto dialogal é caracterizado pela interação direta entre dois ou mais interlocutores, seja na oralidade ou na escrita. Ele ocorre quando há uma troca de falas, podendo se manifestar em diversos contextos comunicativos, como conversas informais, entrevistas, peças teatrais, roteiros cinematográficos e até em trechos de narrativas literárias. Seu principal objetivo é estabelecer um intercâmbio de informações, ideias ou sentimentos entre os participantes da comunicação.

Diferente dos textos predominantemente expositivos ou narrativos, o texto dialogal se constrói a partir da alternância de enunciadores, sendo marcado por turnos de fala e elementos discursivos que refletem a oralidade, como interrupções, perguntas, expressões de surpresa e variações no tom de voz. Embora o diálogo ocorra de forma mais natural na linguagem falada, ele também pode ser estruturado na escrita, especialmente em obras literárias e peças teatrais.

Características do Texto Dialogal:

Os textos dialogais possuem algumas características específicas que os diferenciam de outros tipos textuais:

1. Presença de interlocutores – O diálogo é construído pela interação entre duas ou mais pessoas, que alternam suas falas ao longo do discurso.

2. Uso de marcas linguísticas da oralidade – Em situações informais, podem aparecer gírias, repetições, pausas e interjeições que simulam a espontaneidade da fala cotidiana.

3. Turnos de fala – Cada participante do diálogo tem sua vez de falar, criando uma estrutura interativa que pode ser organizada por meio de travessões, aspas ou marcas gráficas específicas.

4. Perguntas e respostas – O diálogo frequentemente contém perguntas, respostas, afirmações e negações, favorecendo a interação entre os interlocutores.

5. Uso de pronomes de tratamento – Dependendo do contexto e do grau de formalidade, pode haver o uso de pronomes como “você”, “senhor(a)”, “doutor”, entre outros.

Exemplos de Texto Dialogal:

O texto dialogal pode se manifestar de diversas formas no cotidiano e em produções escritas. A seguir, alguns exemplos típicos:

Conversas do dia a dia:

▪ Oi, como você está?

▪ Estou bem, e você?

▪ Tudo certo! Vamos sair hoje?

Diálogos em narrativas literárias:

▪ Você tem certeza de que esse é o caminho certo? - perguntou João, olhando ao redor.

▪ Sim, claro! - respondeu Maria. — Eu já estive aqui antes.

Entrevistas:

Entrevistador: Como foi o início da sua carreira?

Entrevistado: Foi desafiador, mas aprendi muito nesse período.

Peças teatrais e roteiros cinematográficos:

Personagem 1: Eu preciso te contar uma coisa muito importante.

Personagem 2: O que foi? Está me deixando preocupado!

▸ **A Oralidade e a Escrita no Discurso Dialogal**

Embora o diálogo seja mais comum na oralidade, ele também aparece na escrita, adaptando-se a diferentes gêneros textuais. Quando transposto para o texto escrito, o diálogo pode ser apresentado de diferentes formas:

▪ **1. Direto:** O diálogo aparece fielmente reproduzido, com as falas dos interlocutores separadas por travessões ou aspas.

▪ **2. Indireto:** As falas dos personagens são narradas pelo autor, sem a transcrição exata do diálogo. Exemplo: João perguntou a Maria se ela tinha certeza sobre o caminho, e ela respondeu que sim.

▪ **3. Indireto livre:** Mistura elementos do discurso direto e indireto, permitindo que os pensamentos dos personagens apareçam no meio da narração, sem marcação explícita. Exemplo: João olhava ao redor. Mas será que esse era o caminho certo? Maria parecia confiante.

O texto dialogal é uma das formas mais dinâmicas de comunicação, permitindo a interação direta entre os participantes do discurso. Ele pode se manifestar de maneira espontânea na oralidade ou ser cuidadosamente estruturado na escrita, como em obras literárias e roteiros. Seu reconhecimento e compreensão são fundamentais para a interpretação de textos narrativos, entrevistas, peças teatrais e até mesmo interações digitais, como mensagens em redes sociais.

Gêneros Textuais

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

ESTRUTURAS LÓGICAS: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS E PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS; TABELAS-VERDADE; TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA; EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS; NEGAÇÕES DE PROPOSIÇÕES E LEIS DE DE MORGAN

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real". Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

p	*q*	p -> q	~p	~q	~q -> ~p
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de p->q é igual a ~q -> ~p (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta *(p^q) -> pvq*. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para p^q e pvq.

p	q	p^q	p v q
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com p->q:

p	q	p->q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante.

Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	p^q	pvp	p->q	(p^q) -> pvq
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

- **Classificação quanto ao Valor Lógico Global**

Tautologia e Contradição

Uma proposição composta é chamada tautologia quando seu valor de verdade é verdadeiro para toda combinação possível dos valores de verdade das proposições que a compõem, independentemente do conteúdo específico dessas proposições. Uma proposição composta é chamada contradição quando seu valor de verdade é falso para toda combinação possível, constituindo o caso exatamente oposto ao da tautologia. A proposição $p \vee \neg p$ constitui exemplo de tautologia, pois é sempre verdadeira, enquanto $p \wedge \neg p$ constitui exemplo de contradição, pois é sempre falsa, qualquer que seja o valor lógico atribuído a p nessa análise.

Contingência

Uma proposição composta é chamada contingência quando seu valor de verdade varia conforme os valores atribuídos às proposições componentes, assumindo verdadeiro em algumas combinações e falso em outras, sem manter comportamento constante ao longo de toda a tabela-verdade correspondente. A maior parte das proposições compostas construídas a partir de conectivos usuais, como a própria conjunção ou disjunção entre duas proposições distintas e independentes, constitui uma contingência, sendo a tautologia e a contradição casos particulares e estruturalmente mais restritos dentro do conjunto de todas as proposições compostas possíveis. A proposição $p \rightarrow (p \vee q)$, por exemplo, é uma tautologia, pois sempre que p é verdadeira a disjunção também o é, e sempre que p é falsa o condicional é verdadeiro por definição, independentemente do valor de q; já a proposição $(p \wedge q) \leftrightarrow p$ constitui uma contingência, sendo verdadeira apenas quando p e q compartilham valores compatíveis com a conjunção.

Geralmente, não é simples construir uma tabela-verdade, algumas relações podem facilitar as análises. Uma delas são as *Leis de De Morgan*, que negam algumas relações. São elas:

- **1ª lei de Morgan:** ¬(p^q) = (¬p) v (¬q)
- **2ª lei de Morgan:** ¬(p v q) = (¬p) ^ (¬q)

Vejamos o exemplo para decifrar o que dizem estas leis:

p: Carlos é professor

q: a moeda do Brasil é o Real

Então, através de Morgan, negar *p ^ q* (Carlos é professor **E** a moeda do Brasil é o Real) equivale a dizer, Carlos não é professor OU a moeda do Brasil não é o real

Da mesma forma, negar *p* v *q* (Carlos é professor OU a moeda do Brasil é o Real) equivale a Carlos não é professor E a moeda do Brasil não é o Real.

Estas leis podem parecer abstratas mas através da prática é possível familiarizar-se com elas, já que são importantes aliadas para resolver diversas questões.

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ARGUMENTOS, VALIDADE E NOÇÕES DE FALÁCIAS

Estrutura do argumento e ligação entre premissas e conclusão

Um argumento é um conjunto organizado de enunciados no qual alguns oferecem razões para aceitar outro. Os enunciados que funcionam como razões são premissas; o enunciado sustentado por elas é a conclusão. Frases sobre o mesmo assunto só formam um argumento quando existe relação inferencial entre elas. Essa passagem pode pretender necessidade lógica, apoio probabilístico ou sustentação por semelhança relevante. Reconhecer o tipo de vínculo é essencial para avaliar o alcance do resultado.

- **Função das premissas e reconhecimento da conclusão**

As premissas podem declarar fatos, condições, classificações ou relações. Considere: “Todo documento validado recebe registro no sistema. O documento Alfa foi validado. Portanto, o documento Alfa recebe registro no sistema.” A primeira premissa estabelece uma regra geral, a segunda enquadra um caso nessa regra e a última apresenta o resultado inferido. O conteúdo concreto poderia mudar sem alterar a estrutura lógica, pois o ponto decisivo está na forma pela qual regra e caso particular se combinam.

Marcadores linguísticos e premissas implícitas

Palavras como “logo”, “portanto”, “assim” e “consequentemente” costumam introduzir conclusões, enquanto expressões justificativas podem sinalizar premissas. Esses marcadores auxiliam a leitura, mas não determinam sozinhos a função de uma frase. Também pode existir premissa

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

CONFLITOS SOCIAIS, DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E SISTEMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Conflitos sociais e desigualdades socioeconômicas no território goiano

O estado de Goiás, situado no núcleo do Cerrado brasileiro e vizinho imediato do Distrito Federal, reúne em seu território contrastes sociais que se manifestam tanto no campo quanto nas áreas urbanas da Região Metropolitana de Goiânia. A expansão do agronegócio, a especulação imobiliária associada à proximidade de Brasília e a concentração fundiária herdada do processo histórico de ocupação produziram tensões sociais que se expressam em disputas por terra, por água e por espaço urbano. Compreender essas tensões exige situar o conceito de conflito social dentro da realidade concreta de municípios como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e cidades do interior goiano, onde a modernização agrícola convive com bolsões de pobreza e com populações tradicionais que reivindicam reconhecimento territorial.

- **Conflitos fundiários e disputas territoriais**

Os conflitos fundiários em Goiás têm raízes na forma como se deu a distribuição de terras desde o ciclo minerador do século XVIII até a consolidação da fronteira agrícola moderna a partir da segunda metade do século XX. A chegada de grandes empreendimentos agropecuários ao Cerrado goiano, estimulada por políticas de crédito rural e pela construção de infraestrutura viária, elevou o valor da terra e pressionou comunidades que historicamente ocupavam essas áreas sob regimes costumeiros de uso.

Povos indígenas e comunidades quilombolas

No território goiano, destaca-se a presença da comunidade quilombola Kalunga, localizada principalmente na região nordeste do estado, entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, parte dela sobreposta à área do Parque Estadual da Chapada dos Veadeiros. Essa comunidade, uma das maiores concentrações de remanescentes de quilombos do Brasil, enfrenta processos de regularização fundiária que se arrastam por décadas, envolvendo sobreposição entre o território tradicional, unidades de conservação ambiental e propriedades privadas vizinhas. Também merece menção a presença de povos indígenas em áreas limítrofes do estado, cuja relação com o território goiano envolve histórico de deslocamentos forçados ocorridos ao longo do processo de colonização e, mais tarde, da expansão agropecuária.

Conflitos urbanos e segregação socioespacial

Na Região Metropolitana de Goiânia, os conflitos sociais assumem feição distinta, relacionada à ocupação de áreas urbanas periféricas. Aparecida de Goiânia, segundo município mais populoso do estado, formou grande parte de seu tecido urbano a partir de loteamentos populares e ocupações irregulares que se expandiram sem acompanhamento proporcional de infraestrutura de saneamento, transporte e equipamentos públicos. Esse padrão de crescimento gerou uma segregação socioespacial em que bairros centrais e corredores comerciais concentram serviços e renda, enquanto franjas periféricas convivem com déficit habitacional, insegurança e mobilidade urbana precária.

- **Desigualdades socioeconômicas regionais**

A desigualdade em Goiás não se distribui de modo uniforme: há um eixo dinâmico que liga Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Anápolis, beneficiado por indústria, logística e serviços, e há um conjunto extenso de municípios do interior com economia predominantemente agropecuária e menor diversificação produtiva. Essa diferença estrutural reflete-se em indicadores de renda, acesso a serviços de saúde e educação e disponibilidade de emprego formal.

Mercado de trabalho e informalidade

A informalidade constitui um dos principais vetores de desigualdade no estado. Trabalhadores rurais temporários vinculados à colheita de grãos, trabalhadores da construção civil nas periferias urbanas e vendedores ambulantes nos centros comerciais de Goiânia e Aparecida de Goiânia frequentemente não possuem vínculo formal de trabalho, o que os expõe a maior vulnerabilidade diante de oscilações econômicas e os priva do acesso pleno a direitos trabalhistas e previdenciários.

Instrumentos de enfrentamento das desigualdades

O enfrentamento das desigualdades em Goiás articula políticas federais, como o Sistema Único de Assistência Social, com iniciativas estaduais e municipais de transferência de renda, qualificação profissional e regularização fundiária. A atuação de conselhos municipais de assistência social e de órgãos como a Defensoria Pública do Estado de Goiás é central para garantir que populações vulnerabilizadas tenham acesso a mecanismos de defesa de direitos, sobretudo em disputas envolvendo despejos, remoções e reintegrações de posse.

Para situar esses contrastes de forma comparativa, o quadro a seguir apresenta diferenças típicas entre o eixo metropolitano dinâmico e o interior agropecuário do estado quanto a alguns aspectos socioeconômicos relevantes para a compreensão dos conflitos sociais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Aspecto	Eixo metropolitano (Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis)	Interior agropecuário
Estrutura produtiva dominante	Indústria, comércio, serviços e logística	Agropecuária extensiva e agroindústria
Principal fonte de conflito	Disputa por espaço urbano e moradia	Disputa por terra e recursos hídricos
Perfil de informalidade	Comércio ambulante e construção civil	Trabalho rural temporário
Densidade de equipamentos públicos	Maior concentração relativa	Distribuição mais dispersa e desigual

A leitura do quadro evidencia que a desigualdade goiana não pode ser tratada como fenômeno único, mas como conjunto de dinâmicas regionais distintas que exigem respostas de política pública diferenciadas, sensíveis às particularidades de cada sub-região do estado.

Segurança alimentar e nutricional no contexto goiano

A segurança alimentar e nutricional é definida, no arcabouço legal brasileiro, como a realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Em Goiás, estado que figura entre os maiores produtores de grãos, carne e leite do país, esse tema assume uma dimensão paradoxal: a pujança do agronegócio convive com populações urbanas e rurais que enfrentam insegurança alimentar, sobretudo nas franjas periféricas das grandes cidades e em municípios de menor dinamismo econômico.

▸ Paradoxo entre produção agropecuária e vulnerabilidade alimentar

Goiás destaca-se na produção de soja, milho, sorgo, cana-de-açúcar e na pecuária de corte e leite, exportando excedentes para outras regiões do país e para o mercado internacional. No entanto, grande parte dessa produção é voltada a commodities e a cadeias agroindustriais de larga escala, o que não garante automaticamente o abastecimento da população local com alimentos diversificados e acessíveis. A agricultura familiar, responsável por parcela relevante da produção de hortaliças, frutas e produtos de origem animal destinados ao consumo direto, enfrenta dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica e canais de comercialização, especialmente em comparação com o agronegócio exportador.

Agricultura familiar e abastecimento local

A agricultura familiar goiana organiza-se, em boa parte, em torno de cinturões verdes situados no entorno de Goiânia e de outras cidades de porte médio, fornecendo produtos hortifrutigranjeiros para feiras livres, mercados municipais e programas institucionais de aquisição de alimentos. O fortalecimento desses circuitos curtos de comercialização é apontado como estratégia relevante para reduzir a dependência de grandes centrais de abastecimento e aproximar produtor e consumidor, reduzindo também perdas na cadeia de distribuição.

Vulnerabilidade alimentar em áreas urbanas periféricas

Nos bairros periféricos de Aparecida de Goiânia e de outros municípios da Região Metropolitana de Goiânia, a insegurança alimentar relaciona-se menos à disponibilidade física de alimentos e mais à capacidade de acesso econômico a eles. Famílias de baixa renda, frequentemente dependentes de trabalho informal, enfrentam oscilações no orçamento doméstico que comprometem a regularidade e a qualidade da alimentação, favorecendo tanto quadros de desnutrição quanto de obesidade associada ao consumo de alimentos ultraprocessados de baixo custo.

▸ Políticas e instrumentos de promoção da segurança alimentar

A promoção da segurança alimentar em Goiás articula-se por meio de equipamentos públicos de abastecimento, programas de transferência de renda e ações de educação alimentar e nutricional, muitas vezes implementadas em parceria entre governo estadual, prefeituras e organizações da sociedade civil.

Equipamentos públicos de abastecimento

A oferta de alimentos a preços acessíveis em centros urbanos goianos conta historicamente com equipamentos como centrais de abastecimento, mercados populares e feiras do produtor, que aproximam a produção local do consumidor final. Esses espaços cumprem papel relevante na regulação de preços e na oferta de produtos frescos, sobretudo para populações que não têm acesso regular a grandes redes de supermercado.

Programas de aquisição institucional e alimentação escolar

A alimentação escolar constitui um dos principais vetores de segurança alimentar voltados à infância e à adolescência, ao garantir refeições diárias a estudantes da rede pública. A exigência legal de que parte dos recursos destinados à alimentação escolar seja utilizada na aquisição de produtos da agricultura familiar cria uma ponte importante entre pequenos produtores goianos e a demanda institucional, fortalecendo simultaneamente a renda rural e a qualidade nutricional das refeições ofertadas a crianças e jovens.

Diante desse quadro, observa-se que a segurança alimentar em Goiás não depende apenas do volume de produção agropecuária do estado, mas da existência de mecanismos institucionais capazes de redistribuir e aproximar essa produção das populações mais vulneráveis, especialmente nas periferias urbanas da Região Metropolitana de Goiânia.

O sistema nacional de proteção aos direitos humanos e sua expressão em Goiás

O sistema nacional de proteção aos direitos humanos no Brasil organiza-se a partir de um arranjo institucional que combina normas constitucionais, órgãos do Poder Executivo, conselhos de participação social e instituições de controle, como o Ministério

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: PRINCÍPIOS, FINS E GARANTIAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO

- **Educação, Cultura e Desporto**

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino **superior e técnico**
Estados e DF	Ensino **fundamental e médio**
Municípios	Educação **infantil e ensino fundamental**

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.